

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23538	30484/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

O Município de Braga, tem assumido como objetivo estratégico a promoção da mobilidade urbana sustentável, a vivência da cidade e de um ambiente sustentável, seguro, inclusivo e inovador, tem paulatinamente introduzido medidas de mitigação e controlo dos efeitos nocivos da poluição e do tráfego automóvel, para salvaguarda da qualidade de vida e da saúde pública.

O programa originário da Veloteca teve por objetivo, incentivar a adoção do modo ciclável junto do universo dos colaboradores municipais, no exercício das suas funções, como um catalisador de novas práticas e comportamentos. Esta fase de teste, circunscrita ao universo municipal, no sentido de promover a utilização da bicicleta nas deslocações de trabalho, visava aferir o potencial da iniciativa, o que se verificou como um sucesso.

Pretende-se agora, com a presente alteração regulamentar, a implementação de uma “2.^a fase”, com o alargamento do âmbito da atribuição de bicicletas aos funcionários, que doravante poderão utiliza-las como meio de transporte próprio, desde que se comprove que a bicicleta será utilizada em alternativa ao uso do seu veículo a motor, assim respondendo aos desafios da transição energética, do combate às alterações climáticas e da promoção da saúde, objetivos que se inserem, de uma forma coerente no compromisso global de sustentabilidade.

Verifica-se que está devidamente fundamentada a necessidade de regulamentar e que o Município está legalmente habilitado, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP e do disposto nas alíneas c) e k), do n.º 2, do artigo 23.º e na alínea k), do n.º 1 (in fine), do



artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o Regulamento da Veloteca do Município de Braga-2.ª fase.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



REGULAMENTO DA VELOTECA DO MUNICÍPIO DE BRAGA

(2ª Fase e Republicação)

NOTA JUSTIFICATIVA

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto, que aprovou a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 prevê que, no âmbito daquelas que são as políticas públicas, se deva privilegiar a mobilidade ativa em detrimento do transporte individual motorizado, promovendo designadamente a mobilidade ciclável. No mesmo sentido, de implementação de medidas respeitantes à Mobilidade Verde, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 134-C/2024, de 11 de outubro — reforça tais iniciativas, disponibilizando verbas específicas para a aquisição de bicicletas por entidades públicas, bem como para implementação de ciclovias enquadradas no programa Portugal Ciclável 2030.

Nesse sentido, o Município de Braga, tem assumido como objetivo estratégico a promoção da mobilidade urbana sustentável, a vivência da cidade e de um ambiente sustentável, seguro, inclusivo e inovador, tem paulatinamente introduzido medidas de mitigação e controlo dos efeitos nocivos da poluição e do tráfego automóvel, para salvaguarda da qualidade de vida e da saúde pública.

Financiado no âmbito de uma candidatura ao Fundo para o Serviço Público de Transportes, o programa da Veloteca é uma iniciativa do Município de Braga alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 "Cidades e Comunidades Sustentáveis", designadamente com a meta 11.2, proporcionando acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis, a preços acessíveis para todos, melhorando a mobilidade urbana.

O programa originário da Veloteca teve por objetivo, incentivar a adoção do modo ciclável junto do universo dos colaboradores municipais, no exercício das suas funções, como um catalisador de novas práticas e comportamentos. Esta fase de teste, circunscrita ao universo municipal, no sentido de promover a utilização da bicicleta nas deslocações de trabalho, visava aferir o potencial da iniciativa, o que verificou como um sucesso.

Atendendo a que cerca de 70% (Censos 2021) da população de Braga utiliza o transporte privado nas suas deslocações diárias, considerou-se como premente a promoção de uma nova cultura de mobilidade, assente no desenvolvimento de ações capazes de contribuir para a mudança gradual dos comportamentos e dos padrões modais. Pretende-se agora, com a presente alteração regulamentar, a implementação de uma "2.ª fase", com o alargamento do âmbito da atribuição de bicicletas aos funcionários, que doravante poderão utiliza-las como meio de transporte próprio, desde que se comprove que a bicicleta será utilizada em alternativa ao uso do seu veículo a motor, assim respondendo aos desafios da transição energética, do combate às alterações climáticas e da promoção da saúde, objetivos que se inserem, de uma forma coerente no compromisso global de sustentabilidade.

A medida revela-se justificada, necessária e proporcional, atendendo à relevância atribuída à redução de emissões de gases de efeito estufa (em particular no setor dos transportes), bem como na promoção de estilos de vida ativos e saudáveis.



Adicionalmente, a elevadíssima eficiência económica da mobilidade ciclável — comprovada pelas comodidades financeiras e vantagens em saúde pública — reforça a racionalidade da despesa pública associada à aquisição e manutenção de bicicletas, face aos impactos diretos e indiretos da utilização do automóvel. O objetivo desta segunda fase do programa é a realização de uma análise da abrangência do programa, prevendo-se, em caso de sucesso, o seu alargamento progressivo à restante comunidade.

O presente Regulamento visa, portanto, estabelecer os procedimentos de funcionamento e as regras de disponibilização dos equipamentos constituintes do programa «Veloteca» do Município de Braga, doravante designada por Veloteca, que incluem diversas tipologias de bicicletas elétricas para uso citadino e respetivos acessórios.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e das competências previstas nas alíneas c) e k), do n.º 2, do artigo 23.º e na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foi elaborado o presente Regulamento Interno, com vista a assegurar-se a adequada gestão do programa, determinando-se designadamente os critérios de utilização, as cláusulas de responsabilização dos utilizadores, entre outras regras,

O qual foi aprovado pela Câmara Municipal de Braga, em reunião de 10/09/2024, e cujas alterações foram aprovadas posteriormente, em reunião de 28 de julho de 2025.

REPUBLICAÇÃO:



CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com o disposto nas alíneas c) e k), do n.º 2, do artigo 23.º e na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão.

Artigo 2.º

Objeto e Finalidade

1. O presente Regulamento define os procedimentos de funcionamento da Veloteca, bem como as normas de utilização a observar no âmbito do mesmo.
2. A Veloteca tem como objetivo a cedência, a título de empréstimo gratuito, de diversos equipamentos, nomeadamente bicicletas elétricas destinadas a uso cidadão e os respetivos acessórios, aos utilizadores referidos no artigo 4.º do presente Regulamento.
3. Desde que se revelem cumpridos todos os requisitos e procedimentos estabelecidos no presente regulamento, os equipamentos podem ser cedidos para:
 - a) Deslocações em serviço;
 - b) Deslocações “*in itinere*” e de caráter pessoal;
4. Para elegibilidade para o programa, nos termos da alínea b) do número anterior o utilizador deverá comprovar que o uso dos equipamentos disponibilizados constitui meio alternativo ao uso de veículo motorizado particular.

Artigo 3.º

Equipamentos disponíveis

1. Os equipamentos a disponibilizar no âmbito do presente Regulamento encontram-se compilados em lista própria, a qual será facultada aos utilizadores após a conclusão do registo na Veloteca, nos termos do disposto no artigo 5.º.
2. O Município de Braga reserva-se o direito de proceder, a qualquer momento, à exclusão de equipamentos anteriormente disponibilizados, bem como à aquisição e integração de novos equipamentos, desde que estes se enquadrem no âmbito da mobilidade ativa e promovam alternativas sustentáveis ao transporte individual motorizado.
3. Todos os equipamentos mantêm-se sempre propriedade do Município de Braga.

Artigo 4.º

Elegibilidade para Utilização dos Equipamentos



1. São elegíveis para requerer a utilização dos equipamentos disponibilizados ao abrigo do presente Regulamento:
 - a) Os membros do Executivo Municipal;
 - b) Os membros dos Gabinetes de Apoio ;
 - c) Os Colaboradores do Município de Braga.
2. A elegibilidade referida no número anterior está condicionada ao prévio registo dos interessados na Veloteca, nos termos previstos no artigo seguinte.

CAPÍTULO II

Condições de Utilização

Artigo 5.º

Registo

1. O registo prévio no programa Veloteca constitui requisito obrigatório para a apresentação de qualquer pedido de utilização dos equipamentos disponibilizados ao abrigo do presente Regulamento.
2. O referido registo é efetuado mediante o preenchimento de formulário próprio, disponibilizado para o efeito pelos serviços competentes do Município de Braga.

Artigo 6.º

Utilização dos Equipamentos

1. A utilização dos equipamentos da Veloteca carece de registo prévio, devendo o pedido de utilização ser formalizado pelo utilizador através da plataforma digital disponibilizada para o efeito.
2. No que respeita às requisições para deslocações em serviço, o pedido poderá ser efetuado na referida plataforma para utilização no próprio dia, ficando o seu deferimento sujeito à disponibilidade dos equipamentos e dos meios humanos necessários à respetiva entrega.
3. Para as «deslocações *“in itinere”* e de caráter pessoal», o pedido de utilização deverá ser submetido na plataforma com uma antecedência mínima de dois dias úteis, estando a aprovação igualmente condicionada à disponibilidade dos equipamentos e dos meios humanos indispensáveis à sua entrega.
4. O pedido de utilização dos equipamentos para «deslocações *“in itinere”* e de caráter pessoal» não poderá exceder o prazo máximo de três meses consecutivos, sem prejuízo da possibilidade de ser efetuado novo pedido, que será avaliado mediante a disponibilidade de frota, e de acordo com o estabelecido no número seguinte.
5. Em caso de sobreposição temporal de pedidos, a atribuição dos equipamentos será efetuada com base na ordem de submissão dos mesmos, prevalecendo o pedido apresentado em primeiro lugar, sendo os restantes requerentes notificados da indisponibilidade.
6. A submissão do pedido de utilização implica, para todos os efeitos legais, a aceitação plena e integral dos termos e condições estabelecidos no presente Regulamento e respetivos anexos.
7. O Município de Braga reserva-se o direito de recusar a cedência dos equipamentos ao utilizador que:
 - a) Não cumpra as normas e procedimentos estabelecidos no presente Regulamento;



- b) Não ofereça garantias de uma utilização prudente e diligente dos equipamentos;
 - c) Tenha, em momento anterior, violado as condições de utilização ou quaisquer outras disposições constantes do presente Regulamento.
8. O Município de Braga poderá, a qualquer momento, suspender ou restringir a utilização dos equipamentos existentes, mediante comunicação escrita ao utilizador, sempre que tal se justifique por motivos de serviço, indisponibilidade de equipamentos ou interesse público.

Artigo 7.º

Levantamento e entrega dos equipamentos

1. A recolha e a entrega dos equipamentos deverão ocorrer nos períodos compreendidos entre as 08h30 e as 12h20 e entre as 14h00 e as 16h50, na garagem da Frota situada no Edifício do Pópulo, no dia previamente determinado e constante do respetivo auto de cedência.
2. O levantamento dos equipamentos será precedido da assinatura, por parte do utilizador e do responsável designado para o efeito, de um auto de cedência, no qual deverão constar os elementos descritos nos n.os 4 e 5 do presente artigo. Será entregue uma cópia ao utilizador, que deverá mantê-la na sua posse até à devolução dos equipamentos, sendo o original arquivado em local próprio.
3. Quando, por motivo devidamente justificado, não seja possível proceder à entrega dos equipamentos dentro do horário estabelecido no n.º 1, o utilizador deverá:
 - a) Depositar a bicicleta no bicicletário destinado para o efeito;
 - b) Colocar a chave do cadeado na caixa de depósito “fora de horas”;
 - c) Entregar o respetivo auto de cedência na caixa de correio da garagem da Frota do Edifício do Pópulo.
4. No momento da entrega dos equipamentos ao utilizador, deverá ser registado no auto de cedência o estado de conservação dos mesmos, com menção expressa de eventuais anomalias identificadas.
5. Durante o período de utilização, o utilizador compromete-se a registar no auto de cedência quaisquer ocorrências relevantes, nomeadamente a respeitante ao estado dos pneus, sistema de transmissão, bateria, travões, alforjes e cadeado.
6. O processo de devolução dos equipamentos considera-se concluído apenas após a entrega do auto de cedência devidamente preenchido e a verificação dos equipamentos por pessoa responsável designada para o efeito.

Artigo 8.º

Deveres e Obrigações

1. O utilizador deverá respeitar as regras constantes do Código da Estrada, especialmente as estabelecidas para os velocípedes.
2. O utilizador deverá fazer um uso prudente e adequado dos equipamentos requisitados, tendo particular atenção aos seguintes aspetos:
 - a) Cumprir as obrigações que lhe sejam determinadas por qualquer autoridade competente, administrativa ou policial;



- b) Assegurar-se, antes de cada utilização, que os equipamentos estão em boas condições de funcionamento;
 - c) Praticar uma condução defensiva e segura, comportando-se de forma diligente, garantindo a segurança de utilização dos equipamentos com respeito pela segurança rodoviária, tanto a do próprio utilizador como a dos restantes ocupantes da via;
 - d) Certificar-se que o estacionamento da bicicleta cedida é feito em local adequado e seguro, respeitando as boas práticas e utilizando o cadeado disponibilizado para o efeito, não podendo deixar o equipamento cedido na via pública sem cadeado e sem vigilância;
 - e) Respeitar a proibição do uso da bicicleta na área pedonal;
 - f) Respeitar as boas práticas constantes do Manual de Boas Práticas anexo ao presente regulamento.
3. O utilizador não pode usar os equipamentos para qualquer outro tipo de utilização e finalidade alheia à mobilidade individual, não podendo, igualmente, alugar, mutuar ou, por qualquer outra forma, ceder ou alienar os equipamentos a terceiros.
4. O utilizador não pode realizar quaisquer alterações aos equipamentos.
5. O utilizador ao abrigo da modalidade «Deslocações *“in itinere”* e de carácter pessoal» fica responsável por proceder ao carregamento da bateria do equipamento, não podendo em caso algum utilizar os pontos de eletricidade do Município.
6. É da exclusiva responsabilidade do utilizador o uso e armazenamento dos equipamentos de forma segura, bem como a sua devolução nas precisas condições em que os recebeu, com exceção do decorrente do seu uso normal.
7. O Município de Braga pode exigir a devolução imediata dos equipamentos, sempre que estes não forem usados em cumprimento dos termos do presente Regulamento.
8. Em caso de avaria grave, acidente, furto, roubo ou extravio dos equipamentos, o utilizador deverá comunicar imediatamente o sucedido ao responsável pela gestão da Frota do Edifício do Póculo, acompanhado de uma descrição detalhada dos acontecimentos.
9. O Município de Braga não se responsabiliza pelos danos emergentes em caso de furto, roubo ou extravio dos equipamentos, nas utilizações efetuadas ao abrigo da modalidade «Deslocações *“in itinere”* e de carácter pessoal».

Artigo 9.º

Responsabilidade

Quaisquer danos e prejuízos resultantes da utilização dos equipamentos prevista neste Regulamento serão aferidos nos termos gerais do direito, designadamente, o regime da responsabilidade civil extracontratual.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Artigo 10.º



Proteção de Dados Pessoais

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais recolhidos serão apenas os estritamente necessários para a tramitação do procedimento relativo à Veloteca, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016) (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Os dados pessoais recolhidos ao abrigo deste regulamento, destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados pelo Município de Braga, na prossecução da finalidade indicada no número anterior e para efeitos de registo anonimizado dos utilizadores para construir estudos internos de tendências.
3. Na aplicação do presente Regulamento são objeto de tratamento dados pessoais como o nome, número de identificação de cartão de cidadão ou documento equivalente, endereço eletrónico, contactos telefónicos, idade, género e outros que se mostrarem necessários para efeitos de aferição da legitimidade e decisão do procedimento.
4. O Município de Braga assume o compromisso de cumprir e garantir o cumprimento dos Princípios de tratamento de dados pessoais estabelecidos no art. 5.º do RGPD, em todos os tratamentos realizados no contexto do presente Regulamento.
5. Cada uma destas categorias de dados pessoais é objeto de tratamento adequado, pertinente e estritamente necessário a prossecução da finalidade indicada, garantindo que os dados inexatos serão apagados ou retificados sem demora.
6. Este compromisso aplica-se à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, ao seu prazo de conservação e à sua acessibilidade, assegurando que os dados pessoais não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas singulares.
7. O Município de Braga assume o compromisso de adotar medidas técnicas e organizativas apropriadas para garantir a segurança e confidencialidade dos dados pessoais tratados no âmbito deste protocolo. Tais medidas serão adaptadas tendo em conta a natureza, âmbito, contexto e finalidades do tratamento, bem como os riscos para os direitos e liberdades dos titulares dos dados.
8. As medidas técnicas e organizativas mencionadas no número anterior são, designadamente:
 - a) A pseudonimização e a anonimização de dados pessoais;
 - b) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - c) Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - d) A existência de um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
9. Os titulares dos dados pessoais podem exercer os seguintes direitos:
 - a) Direito de acesso: direito que lhe permite obter informação relativamente ao tratamento dos seus dados e respetivas características (nomeadamente o tipo de dados, a finalidade do tratamento, a quem podem ser comunicados os seus dados, prazos de conservação e quais os dados que tem de fornecer obrigatória ou facultativamente).



- b) Direito de retificação: direito que lhe permite solicitar a retificação dos seus dados, exigindo que estes sejam exatos e atuais, como por exemplo, quando considere que os mesmos estão incompletos ou desatualizados.
 - c) Direito à eliminação dos dados ou “Direito a ser esquecido”: direito que lhe permite solicitar a eliminação dos seus dados, quando considere que não existem fundamentos válidos para a conservação dos dados e desde que não exista outro fundamento válido que legitime tal tratamento (como a execução de um contrato ou o cumprimento de uma obrigação legal ou regulamentar).
 - d) Direito à Limitação: direito que lhe permite a suspensão do tratamento ou a limitação do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades.
 - e) Direito à Portabilidade: direito através do qual poderá solicitar o envio dos seus dados, em formato digital e de uso corrente, que permita a reutilização de tais dados. Em alternativa, poderá solicitar a transmissão dos seus dados para outra entidade que passe a ser responsável pelo tratamento dos seus dados.
 - f) Direito de Oposição: direito que lhe permite opor-se a determinadas finalidades e desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam sobre os seus interesses. Um dos exemplos deste direito respeita à oposição a finalidades de comercialização direta (marketing).
 - g) Direito de Retirar o Consentimento: direito que lhe permite retirar o seu consentimento, mas que apenas pode ser exercido quando o seu consentimento seja a única condição de legitimidade.
10. Todos os direitos supra descritos poderão ser exercidos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido por escrito, a ser remetido para o e-mail dpo@cm-braga.pt ou rgpd@cm-braga.pt. Poderá ainda apresentar qualquer reclamação junto da Autoridade Nacional de Controlo.

Artigo 11.º

Casos omissos

Quaisquer as dúvidas e omissões que eventualmente surjam na aplicação ou interpretação do presente Regulamento serão esclarecidas e decididas pelo Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicitação.



ANEXO I MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

Este Manual de Boas Práticas é parte integrante do Regulamento da Veloteca do Município de Braga, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 8.º, e tem por objetivo a sistematização das principais regras e normas recomendadas para o uso adequado da bicicleta no espaço urbano, por parte dos utilizadores deste projeto.

I. RECOMENDAÇÕES GERAIS

1. O uso do capacete é recomendado durante a utilização da bicicleta;
2. As ciclovias devem ser utilizadas sempre que possível;
3. A circulação de bicicletas nas faixas BUS e na área pedonal não é permitida;
4. Durante a condução de uma bicicleta deve ser portador de um documento de identificação válido;
5. O uso da bicicleta sob efeito de álcool ou de produtos estupefacientes não é permitido;
6. A utilização de auriculares duplos e dispositivos eletrónicos durante a condução não é permitida;
7. É obrigatório o uso das luzes da bicicleta (luz branca e contínua à frente e luz vermelha contínua ou intermitente atrás) e dos refletores, deste o anoitecer ao amanhecer e durante o dia, sempre que existam condições meteorológicas ou ambientais que tornem a visibilidade insuficiente;
8. Recomenda-se o uso de roupas refletoras ou claras sempre que circular em áreas com iluminação pública deficitária ou ausente ou em dias cujas condições meteorológicas ou ambientais tornem a visibilidade insuficiente;
9. Não é permitido conduzir com as mãos fora do guiador, salvo para assinalar qualquer manobra;
10. Não é permitido seguir com os pés fora dos pedais ou apoios;
11. Não é permitido fazer-se rebocar;
12. Não é permitido levantar a roda da frente ou de trás no arranque ou em circulação;
13. O estacionamento da bicicleta deve ser feito em parque próprio, em local seguro, preferencialmente com vigilância, utilizando sempre o cadeado com nível adequado de segurança;
14. Não é permitido amarrar a bicicleta a árvores, semáforos, bancos ou papeleiras, nem estacionar na frente de zonas de carga e descarga ou em zonas de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida.
15. Excecionalmente os casos obrigatórios previstos no artigo 1.º A do Decreto-Lei n.º 26/2025, de 20 de março, recomenda-se, para as «deslocações *“in itinere”* e de caráter pessoal» a celebração de um seguro de responsabilidade civil com, pelo menos, coberturas de danos a terceiros.

II. RECOMENDAÇÕES NO TRÂNSITO

1. A circulação deve fazer-se sempre no mesmo sentido do tráfego na estrada e nas ciclovias quando existentes;
2. Durante a utilização deve obedecer aos sinais de controlo de trânsito (ex: sinais de STOP e de cedência de passagem, semáforos e sinalização horizontal (pinturas na estrada);
3. Durante a utilização deve cumprir sempre os limites de velocidade estipulados;
4. As manobras de mudança de direção e de via devem ser sempre sinalizadas, sendo recomendado o contacto visual com os demais utilizadores no sentido de transmitir as suas intenções;
5. Perante a aproximação de uma travessia de peões e de utilizadores vulneráveis (peões, crianças, idosos, grávidas, pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com deficiência) deve adaptar-se a velocidade da bicicleta;
6. Deve ceder-se a passagem a todos os utentes da via que tenham prioridade, nomeadamente peões e transportes públicos.
7. Deve ceder-se a passagem ao transporte coletivo de passageiro na saída da sua paragem e na retoma da marcha;
8. Deve ceder-se a passagem aos veículos que se apresentem pela direita, na ausência de sinalização nos cruzamentos e entroncamentos;
9. A velocidade deve ser adaptada às condições da via e de visibilidade;



10. Podem circular dois velocípedes lado a lado numa via, exceto em vias com reduzida visibilidade ou sempre que exista intensidade de trânsito, desde que não circulem em paralelo mais que dois velocípedes e tal não cause perigo ou embaraço ao trânsito;

11. É possível circular nas rotundas pela via de trânsito exterior, desde que se assegure a cedência de passagem aos veículos que pretendam sair.

III. RECOMENDAÇÕES NA ÁREA PEDONAL

1. Não é permitida a circulação de bicicletas na área pedonal e nos passeios do município de Braga, exceto para crianças até aos 10 anos de idade, desde que não ponham em perigo ou perturbem os peões;

2. Na área pedonal, nas travessias pedonais e nos passeios deve desmontar, conduzindo a bicicleta à mão.

IV. RECOMENDAÇÕES PARA UMA CONDUÇÃO DEFENSIVA

1. Deve prestar especial atenção ao trânsito em redor, incluindo os movimentos dos peões;

2. Deve guardar uma distância de segurança em relação aos outros veículos de modo a evitar acidentes em caso de paragem súbita ou diminuição da velocidade de circulação;

3. Deve evitar a circulação muito próxima das bermas ou passeios e de carros estacionados;

4. Deve evitar a entrada repentina na ciclovia ou na estrada sem a garantia de que o pode fazer em segurança;

5. Os cruzamentos e intersecções devem ser abordados com especial precaução;

6. Acautelar as condições de segurança na manobra denominada “gancho à direita”, que acontece quando um automobilista passa ou ultrapassa um ciclista e vira à direita, ou quando um ciclista entra no ângulo morto de um automobilista que está a virar à direita;

7. Nas passagens para velocípedes devidamente assinaladas, as bicicletas têm prioridade, no entanto, recomenda-se especial atenção aos condutores e peões mais desatentos;

8. Devem ser cumpridas as demais normas em vigor do Código da Estrada e Legislação complementar.

